



Até quinta (12/02), Sindipetro-RJ faz últimas assembleias desta rodada



Assembleias no CENPES, TABG, Complexo Boaventura e EDISEN

Desde o dia 02/02, o Sindipetro-RJ está realizando assembleias para debater os desdobramentos da greve, a contribuição assistencial, PLR 2019, PCCS, PEDs e os “compromissos” e GTs, entre outras questões não resolvidas no ACT.

Também estão sendo feitos informes sobre o 6º Congresso da CSP-Conlutas programado para acontecer em abril.

Se você ainda não participou, compareça! Acesse a tabela de assembleias >>>>



CONTRIBUIÇÃO SINDICAL: entenda como funciona

Por uma questão de solidariedade é fundamental que toda a categoria contribua, considerando que todos são beneficiados pelo Acordo, independente da participação na greve, e que é fundamental o esforço coletivo para ressarcir os colegas que estiveram na linha de frente do movimento e foram penalizados por descontos.

A Contribuição Assistencial tem dois objetivos centrais: repor gastos do Sindicato em relação aos custos mais diretos da greve, que somam cerca de R\$ 1,4 milhão, e ressarcir os grevistas que tiveram dias descontados.

Acesse o QR-Code e saiba mais:



File-se ao Sindipetro-RJ

É preciso organizar e fortalecer a luta da categoria petroleira

A associação ao Sindicato possibilita ao filiado acesso ao respaldo jurídico e participação nas assembleias que definem os acordos coletivos (ACTs). Além disso, você pode denunciar abusos por parte do seu empregador e contribuir com sugestões para melhorar as suas condições de trabalho.

A atuação do Sindipetro-RJ não fica restrita somente aos trabalhadores da ativa, os aposentados e pensionistas petroleiros também fazem parte da nossa luta. Assim, o sindicato busca manter a independência diante do governo e da empresa, focando exclusivamente na defesa dos trabalhadores.

A sindicalização é um ato voluntário que transforma a luta individual em coletiva, tornando a categoria mais forte frente aos desafios do setor de óleo e gás.

File-se, acesse o QR-Code:



Lutemos juntos pelos nossos direitos!





PLR 2019 – Petrobrás piora proposta que já era inaceitável

Até o momento, o que a Petrobrás têm apresentado, pelos vícios e ilegalidades existentes, impedem o Sindipetro-RJ de anuir com o que está sendo proposto. Nossa dileta Alta Administração conseguiu piorar o que já era inaceitável e que tinha sido negado pelo próprio TST, apesar de alguns sindicatos terem se antecipado em aprovar.

O foco da empresa continua em extinguir a ação coletiva. O Sindipetro-RJ e seu departamento jurídico elucidou, mais uma vez, à empresa, que não pode anuir com o formato proposto, pois, no caso específico, sequer seria lícito tal procedimento por parte do Sindicato, mas além disso ainda quer estabelecer uma pequena janela temporal condicionando a não adesão no prazo à perda do direito, ou seja, não se trata de uma adesão, mas de uma imposição.

A proposta do Sindicato, nesse sentido, é que quem quiser aderir ao que ela está propondo em termos de valor, apesar de em princípio nos pare-

cer um “mau negócio”, que possa fazer a adesão, mas sem limitar quem quiser seguir com o recebimento dos valores derivados da condenação provisória.



ATENÇÃO!!

Seguimos convocando nossos associados a fazerem as suas ações de execução individual pelo Sindipetro-RJ.

- Para mais informações sobre valores e histórico acesse a avaliação da primeira proposta:



- Para solicitar execução provisória da ação da PLR 2019, leia no QR-Code:



Diretores do Sindipetro-RJ Leandro Lanfredi e Nascimento em conversa com trabalhadores da PPSA

Trabalhadores da PPSA começam a construir ACT

O Sindipetro-RJ esteve reunido em 04/02 com um grupo de trabalhadores concursados recém-admitidos na Pré-Sal Petróleo S/A para falar sobre o Sindicato e as próximas lutas.

Essa foi a primeira reunião para apresentar o Sindipetro-RJ, que é independente de governos e patrões, que é filiado à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) - entidade que surgiu como frente de oposição à pressão por repactuação do plano Petros em 2006 e que também se destaca por sua visão crítica e classista.

Na pauta do encontro a PLR, que já está em andamento, e tem assembleia marcada:

Quarta-feira (11/02), 13h, em frente ao RB1

A outra é a construção do ACT, que já tem temas elencados. Leia mais:

Veja o vídeo e compartilhe:





Complexo de Energias Boaventura

É o fim: End Inspeções dá calote de quatro meses

A prestadora de serviços End Inspeções, que atua na Petrobrás em todo o Brasil, não pagou salários desde outubro de 2025 nem 13º e FGTS

Mal começou fevereiro de 2026 e já vamos ter que dar início à tradicional série de denúncias envolvendo os terceirizados no Sistema Petrobrás. Numa rápida pesquisa na internet é possível encontrar várias reclamações sobre baixos salários e falta de pagamentos praticados pela End Inspeções. Portanto, a Petrobrás continua não avaliando de forma rigorosa as empresas que contrata.

No Boaventura, a End parou de pagar os salários em outubro de 2025 = são quatro meses! A empresa também não pagou o 13º salário. E, segundo denúncias, a partir de maio de 2025, também não fez os depósitos no FGTS.

Agora, a Petrobrás está fazendo a rescisão do contrato e, apesar de não ter feito os repasses para a End desde outubro, ainda não pagou aos trabalhadores por causa da burocracia. Segundo apuramos, todos esses trabalhadores saíram da End e já conseguiram

ser realocados em outras empresas de inspeção que prestam serviços no Boaventura.

Esse não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas terceirizadas não são casos isolados no Sistema Petrobrás. É uma situação recorrente que não dá mais para ficar acontecendo como se fosse normal, naturalizada numa gigante petrolífera que não consegue enxergar o valor da força de trabalho. Precisamos fortalecer a proteção aos trabalhadores terceirizados para pôr fim aos calotes, aos assédios, às perseguições e demissões injustas, tendo sempre como objetivo o fim da terceirização que precariza.

O Sindipetro-RJ acompanha o caso bem de perto, cobra celeridade nesse processo de pagamento aos trabalhadores e luta em defesa dos direitos dos terceirizados.

Pela recomposição do efetivo com efetivação dos terceirizados e realização de concurso público!

Os impactos do Acordo do Mercosul com a UE



Gustavo Machado (ILAESE) em apresentação aos dirigentes da FNP

Em palestra na reunião da direção da FNP, na quinta (05/02), o pesquisador do Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE) Gustavo Machado analisou os impactos potenciais do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia (UE) sobre a estrutura produtiva nacional, passando pela geopolítica e especialmente pelo setor de energia no cenário atual.

Ele destacou que os efeitos não serão homogêneos entre os setores. No campo do petróleo, frequentemente apontado como área estratégica, o palestrante

explicou que o impacto direto tende a ser relativamente limitado, pois o principal problema brasileiro não está na eficiência produtiva, mas na capacidade instalada de refino.

“O déficit que nós temos não se deve à baixa produtividade do nosso refino, mas à incapacidade da estrutura instalada”, enfatizou. Além disso, Machado lembrou que a Europa não possui excedentes relevantes de derivados que possam alterar substancialmente a matriz de abastecimento brasileira.



Independência de classe, luta e internacionalismo: construindo uma alternativa operária e popular!

A conjuntura internacional e nacional, assim como os temas setoriais são pontos altos da atividade com mesas ricas em exposições para reflexões e debates. Nas defesas contribuições privilegia-se a democracia interna na apresentação de análise de conjuntura e propostas expostas por entidades e movimentos que constituem a composição política da Central.

Palestina, Ucrânia, Venezuela, as disputas imperialistas na busca de uma nova ordem mundial são foco dos temas internacionais; assim como a precarização do trabalho, ataques aos direitos, o fim da escala 6x1 e a organização independente da classe trabalhadora estão entre os temas nacionais.

Neste contexto, a luta da categoria petroleira

após uma greve nacional de 16 dias em dezembro de 2025, que contou com apoio da central sindical, principalmente, aqui no Sindipetro-RJ nas comissões de convencimento. Cabe lembrar que após o carnaval serão realizadas assembleias para a escolha de delegados ao congresso da CSP Conlutas.

As inscrições para o Congresso vão até 06/04, e a Secretaria Executiva Nacional já definiu a comissão organizadora e estabeleceu o cronograma pré-congressual, que abrange desde a publicação de editais e regimentos até os prazos para envio de contribuições, o cadastro de entidades filiadas e o período para a realização das assembleias. Confira mais aqui:



Em defesa da vida no Tapajós: Pelo fim imediato do Decreto 12.600/2025!

Desde o dia 22/01 a luta dos povos indígenas transformou o porto da multinacional Cargill, em Santarém (PA), no epicentro de uma forte resistência. Quatorze povos indígenas do Baixo e Médio Tapajós ocupam o local em uma mobilização que denuncia a entrega da soberania das águas amazônicas ao capital privado e o risco iminente de colapso de um dos ecossistemas mais vitais do planeta.

A luta tem como norte combater o Decreto Federal nº 12.600/2025 do governo Lula. Esse projeto insere os rios Tapajós, Tocantins e Madeira no Programa Nacional de Desestatização (PND), transferindo a gestão da navegabilidade desses rios para a iniciativa privada. O objetivo é criar “hidrovias industriais” para que gigantes do agronegócio, como Cargill e Bunge, possam escoar soja e milho 24 horas por dia em direção ao mercado externo, consolidando o chamado “Arco Norte” logístico.

Para viabilizar o tráfego de grandes embarcações, o projeto exige intervenções agressivas no Rio Tapajós, como dragagem e explosão de pedrais. Essas obras revolvem o leito do rio, liberando toneladas de mercúrio acumulado pelo garimpo, o que contamina a água e os peixes, resultando no envenenamento das populações ribeirinhas e acabando com a sua fonte de subsistência.

Além do *greenwashing* do governo ao citar su-

postas vantagens climáticas do Decreto, o governo violou a Convenção 169 da OIT ao impor o decreto sem realizar a consulta prévia obrigatória aos povos originários impactados.

Após muita luta em Santarém, o governo federal anunciou a suspensão do Edital de Dragagem do rio Tapajós. Mas “Suspensão não é Anulação”! Por isso fazemos coro com os lutadores na denúncia de que suspender a dragagem sem revogar o decreto é apenas “ganhar tempo” para retomar o projeto quando a poeira baixar.

LULA, NÃO PRIVATIZE NOSSOS RIOS! DEFENDEMOS:

- A revogação imediata do Decreto 12.600/2025. O Rio Tapajós é um bem comum, não uma mercadoria!
- Paralisação de qualquer projeto de dragagem que atenda aos interesses da Cargill e do agronegócio!
- Fim da repressão aos movimentos indígenas e retirada das forças policiais das áreas de ocupação!
- Respeito à soberania dos povos tradicionais, com o cumprimento integral da Convenção 169 da OIT!

**TODO APOIO À LUTA EM DEFESA DO TAPAJÓS!
ESSA LUTA TEM QUE SER DE TODOS!**